



Sumário

Nota do Coordenador, xiii

1 Direito tributário. Conceito. Posição na ciência do direito, 1

- 1.1 Considerações introdutórias, 1
- 1.2 Estado e o poder de tributar, 3
- 1.3 Conceito de direito tributário, 7
- 1.4 Posição enciclopédica do direito tributário e relações dele com outros ramos da ciência do direito, 9

2 Sistema tributário nacional, 13

- 2.1 Noção de sistema constitucional tributário, 13
- 2.2 Características do sistema constitucional tributário, 15
- 2.3 Princípios constitucionais tributários, 16
 - 2.3.1 Legalidade da tributação, 16
 - 2.3.2 Anterioridade, 19
 - 2.3.3 Uniformidade, 21
 - 2.3.4 Igualdade tributária, 23
 - 2.3.5 Capacidade contributiva, 24
 - 2.3.6 Vedação ao confisco, 27
 - 2.3.7 Outros, 28
- 2.4 Discriminação das rendas tributárias, 29
- 2.5 Discriminação por competência, 30
- 2.6 Enumeração dos impostos no atual sistema constitucional tributário, 30

3 Tributos, 32

- 3.1 Natureza normativa do conceito de tributo, 32
 - 3.1.1 Conceito, 32
 - 3.1.2 Características, 32
 - 3.1.3 Natureza jurídica e fato gerador, 33
- 3.2 Classificação dos tributos, 34
 - 3.2.1 Proposta de Geraldo Ataliba, 34
 - 3.2.2 Conceito de imposto, 34
 - 3.2.3 Conceito de taxa, 35
 - 3.2.4 Conceito de contribuição de melhoria, 37
- 3.3 Empréstimos compulsórios, 40
 - 3.3.1 Competência para a sua instituição, 40
 - 3.3.2 Hipóteses fixadas em lei complementar que autorizam a sua instituição, 41
 - 3.3.3 Regime jurídico, 42
- 3.4 Contribuições parafiscais, 42
 - 3.4.1 Conceito de parafiscalidade, 42
 - 3.4.2 Competência para instituí-las, 43
 - 3.4.3 Tipos, 44
 - 3.4.4 Natureza jurídica, 46
- 3.5 Preços públicos, 46
 - 3.5.1 Receitas públicas, 46
 - 3.5.2 Características dos preços públicos, 47
 - 3.5.3 Diferenciação do regime legal de preços para o de tributos, 47

4 Sistema normativo tributário, 48

- 4.1 Hierarquia das fontes formais do direito, 48
- 4.2 Leis complementares em matéria tributária, 50
 - 4.2.1 Características formais e substanciais, 50
 - 4.2.2 Medidas provisórias em matéria tributária, 52

5 Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária, 55

- 5.1 Expressão legislação tributária, 55
 - 5.1.1 Compreensão do alcance da norma do art. 96 do Código Tributário Nacional, 55
 - 5.1.2 Normas complementares (art. 100 do CTN); espécies e conseqüências da sua observância, 56
- 5.2 Vigência da legislação tributária, 57
 - 5.2.1 Disposições específicas e genéricas, 57
- 5.3 Aplicação da legislação tributária, 58
 - 5.3.1 Princípio da aplicação imediata aos fatos geradores futuros e pendentes (CTN, art. 105), 58
 - 5.3.2 Aplicação retroativa da lei, 59

- 5.4 Interpretação da legislação tributária, 63
 - 5.4.1 Suprimento das lacunas da lei, 63
 - 5.4.2 Princípios gerais de direito privado, 64
 - 5.4.3 Hipóteses de interpretação literal da legislação tributária, 65
 - 5.4.4 Princípio da interpretação mais benigna em matéria tributária, 65
- 5.5 Os métodos de interpretação, 66
 - 5.5.1 Os métodos de interpretação, 66
 - 5.5.2 Interpretação literal ou gramatical, 68
 - 5.5.3 Interpretação sistemática, 69
 - 5.5.4 Interpretação histórica, histórica-evolutiva e sociológica, 69
 - 5.5.5 Interpretação lógica, 70
 - 5.5.6 Interpretação teleológica, 71
 - 5.5.7 Interpretação extensiva e restritiva, 71
- 6 Limitações constitucionais à tributação, 72**
 - 6.1 Generalidades, 72
 - 6.2 Imunidades em espécie, 74
- 7 Obrigação tributária, 78**
 - 7.1 Conceito, características e natureza, 78
 - 7.1.1 Conceito, 78
 - 7.1.2 Natureza, 79
 - 7.1.3 Tipos, 80
 - 7.2 Fato gerador e obrigação tributária, 81
 - 7.2.1 Introdução ao tema, 81
 - 7.2.2 Fato gerador da obrigação principal, 81
 - 7.2.3 Fato gerador da obrigação acessória, 83
 - 7.2.4 Aspectos, 84
 - 7.2.5 Fato gerador e hipótese de incidência, 84
 - 7.2.6 Consumação do fato gerador, 86
 - 7.2.7 Negócios jurídicos condicionais, 86
 - 7.3 Obrigação tributária e os seus sujeitos, 87
 - 7.3.1 Sujeito ativo e parafiscalidade, 87
 - 7.3.2 Sujeito passivo, 87
 - 7.4 Obrigação tributária de adimplemento exigido por lei e subordinado a providência do sujeito ativo, 88
- 8 Sujeitos da relação jurídica tributária, 89**
 - 8.1 Quem são os sujeitos da obrigação tributária, 89
 - 8.2 Sujeito passivo, 90
 - 8.2.1 Identificação segundo o Código Tributário Nacional, 90
 - 8.3 Sujeitos passivos das obrigações acessórias, 92

- 8.4 Princípio da inoponibilidade à fazenda pública das convenções entre particulares em matéria tributária, 92
- 8.5 Solidariedade, 94
- 8.6 Capacidade tributária, 95
- 8.7 Domicílio tributário, 96
- 8.8 Responsabilidade tributária, 96
 - 8.8.1 Extensão a terceiros vinculados ao fato gerador, 96
 - 8.8.2 Responsabilidade solidária de terceiros por atos ou omissões, 97
 - 8.8.3 Responsabilidade pessoal de terceiros, 98
- 8.9 Responsabilidade dos sucessores, 99
- 8.10 Responsabilidade por infrações, 100
 - 8.10.1 Princípio da responsabilidade objetiva adotado pelo código e as suas exceções, 100
 - 8.10.2 Exclusão da responsabilidade por infrações, 102

9 Crédito tributário, 105

- 9.1 Crédito tributário, 105
 - 9.1.1 Decorrência e natureza, 105
 - 9.1.2 Modificação do crédito tributário e repercussões na obrigação que lhe deu origem, 106
- 9.2 Lançamento, 106
 - 9.2.1 Conceito; características dos seus elementos integrantes, 106
 - 9.2.2 Natureza, 107
- 9.3 Modalidades de lançamento, 108
- 9.4 Revisibilidade do lançamento, 109
- 9.5 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário, 109
 - 9.5.1 Generalidades, 109
 - 9.5.2 Primeira hipótese: moratória, 110
 - 9.5.3 Segunda hipótese: depósito, 111
 - 9.5.4 Terceira hipótese: reclamações e recursos administrativos, 111
 - 9.5.5 Quarta hipótese: liminar em mandado de segurança, 112
 - 9.5.6 Novas hipóteses de suspensão do crédito tributário, 112
- 9.6 Exclusão do crédito tributário, 114
 - 9.6.1 Hipóteses, 114
 - 9.6.2 Isenção, 114
 - 9.6.3 Anistia, 115
- 9.7 Modalidades de extinção do crédito tributário, 116
 - 9.7.1 Hipóteses, 116
 - 9.7.2 Pagamento, 117
 - 9.7.3 Compensação, 118
 - 9.7.4 Transação, 119

- 9.7.5 Remissão, 119
- 9.7.6 Demais hipóteses, 120
- 9.8 Prescrição e decadência, 122
 - 9.8.1 Decadência: definição e características, 122
 - 9.8.2 Prescrição: definição e características, 123
- 10 Dívida ativa, 127**
 - 10.1 Conceito e posição no Código Tributário Nacional, 127
 - 10.1.1 Inscrição, 128
 - 10.1.2 Liquidação, 129
 - 10.2 Garantias e privilégios do crédito tributário, 129
- 11 Processo administrativo e processo judicial tributário, 134**
 - 11.1 Noções introdutórias, 134
 - 11.2 Procedimento administrativo fiscal, 135
 - 11.3 Processo judicial tributário, 140
 - I – Medidas judiciais propostas pelo contribuinte contra o fisco, 146
 - a) Ações ordinárias, 147
 - anulatória de débito fiscal, 147
 - declaratória, 147
 - repetição de indébito tributário, 148
 - Rescisória, 148
 - a questão da antecipação de tutela, 148
 - b) Medidas de emergência, 149
 - mandado de segurança, 149
 - medidas cautelares, 150
 - c) Ação de consignação em pagamento, 151
 - II – a) Ação de execução fiscal, 151
 - a exceção de pré-executividade, 154
 - b) Medida cautelar fiscal, 155
- 12 Impostos da união, 157**
 - 12.1 Considerações introdutórias, 157
 - 12.2 Imposto de Importação, 159
 - 12.2.1 Função, 159
 - 12.2.2 Fato gerador, 159
 - 12.2.3 Alíquotas, 161
 - 12.2.4 Base de cálculo, 163
 - 12.2.5 Sujeitos, 163
 - 12.3 Imposto de Exportação, 164
 - 12.3.1 Função, 164

- 12.3.2 Fato gerador, 164
- 12.3.3 Alíquotas, 165
- 12.3.4 Base de cálculo, 166
- 12.3.5 Sujeitos, 166
- 12.4 Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, 166
 - 12.4.1 Função, 166
 - 12.4.2 Fato gerador, 167
 - 12.4.3 Alíquotas, 170
 - 12.4.4 Base de cálculo, 170
 - 12.4.5 Sujeitos, 171
- 12.5 Imposto sobre Produtos Industrializados, 171
 - 12.5.1 Função, 171
 - 12.5.2 Fato gerador, 172
 - 12.5.3 Alíquotas, 173
 - 12.5.4 Base de cálculo, 174
 - 12.5.5 Sujeitos, 174
- 12.6 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, 175
 - 12.6.1 Função, 175
 - 12.6.2 Fato gerador, 175
 - 12.6.3 Alíquotas, 176
 - 12.6.4 Base de cálculo, 176
 - 12.6.5 Sujeitos, 177
- 12.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, 177
 - 12.7.1 Função, 177
 - 12.7.2 Fato gerador, 177
 - 12.7.3 Alíquotas, 180
 - 12.7.4 Base de cálculo, 181
 - 12.7.5 Sujeitos, 181
- 12.8 Imposto sobre Grandes Fortunas, 182
- 12.9 Impostos Extraordinários, 182
 - 12.9.1 Fato gerador, 182
 - 12.9.2 Alíquotas e base de cálculo, 184
 - 12.9.3 Sujeitos, 185
- 12.10 Impostos de Competência Residual, 185

13 Impostos dos Estados e do Distrito Federal, 186

- 13.1 Considerações introdutórias, 186
- 13.2 Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, 187
 - 13.2.1 Função, 187
 - 13.2.2 Fato gerador, 187

- 13.2.3 Alíquotas, 190
 - 13.2.4 Base de cálculo, 191
 - 13.2.5 Sujeitos, 191
 - 13.3 Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, 192
 - 13.3.1 Função, 192
 - 13.3.2 Fato gerador, 192
 - 13.3.3 Alíquotas, 196
 - 13.3.4 Base de cálculo, 198
 - 13.3.5 Sujeitos, 199
 - 13.3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, 200
 - 13.3.1 Função, 200
 - 13.3.2 Fato gerador, 200
 - 13.3.3 Alíquotas, 201
 - 13.3.4 Base de cálculo, 201
 - 13.3.5 Sujeitos, 201
- 14 Impostos municipais, 202**
- 14.1 Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), 202
 - 14.1.1 Considerações iniciais, 202
 - 14.1.2 Função, 203
 - 14.1.3 Fato gerador, 203
 - 14.1.4 Base de cálculo e alíquota, 208
 - 14.1.5 Contribuinte, 216
 - 14.2 Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), 219
 - 14.2.1 Considerações gerais, 219
 - 14.2.2 Função, 220
 - 14.2.3 Fato gerador, 220
 - 14.2.4 Base de cálculo e alíquota, 223
 - 14.2.5 Contribuinte, 225
 - 14.3 Imposto Sobre Serviços (ISS), 227
 - 14.3.1 Generalidades, 227
 - 14.3.2 Função, 227
 - 14.3.3 Fato gerador, 228
 - 14.3.4 Base de cálculo e alíquota, 232
 - 14.3.5 Contribuinte, 234
 - 14.3.6 Aspecto especial do tributo, 235
- 15 Ilícito tributário, 237**
- 15.1 Considerações preliminares, 237

- 15.2 Ilícito administrativo, 238
 - 15.2.1 Lei nº 8.866/94, 241
- 15.3 Ilícito penal, 242
 - 15.3.1 Legislação sobre ilícito penal tributário, 242
 - 15.3.2 Lei nº 4.729/65, 243
 - 15.3.3 Instâncias administrativa e penal, 244
 - 15.3.4 Lei nº 8.137/90, 246
 - 15.3.5 Delação premiada, 257
 - 15.3.6 Extinção da punibilidade, 257

Bibliografia, 259